



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO)
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL)
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS
PERMANENTES (SEAPE)

Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPDP

ATA DE REUNIÃO Nº 07/2025

Data: 25/11/2025

Horário: 14h

Local: Sala 01 da DICOL

Presentes na reunião, realizada de forma híbrida, na sala de reunião da DICOL e através do aplicativo *Microsoft Teams*, concomitantemente, os seguintes membros e convidados:

- Desembargador **Marcos André Chut**, Presidente do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPDP;
- Juiz **João Felipe Nunes Ferreira Mourão**, Auxiliar da Presidência e Coordenador do CGPDP;
- Juiz **João Luiz Ferraz de Oliveira Lima**, em auxílio à Presidência;
- Juiz **Marcelo Oliveira da Silva**, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Juíza **Daniela Bandeira de Freitas**;
- Juiz **Ricardo Lafayette Campos**;
- Sr. **Bruno Carvalho Azevedo**, Secretário Geral de Contratos e Licitações (SGCOL);
- Sra. **Aline Cabral Muniz**, Diretora do Departamento de Segurança da Informação (DESEG);

Vitualmente (Microsoft Teams)

- Juiz **Felipe Pinelli Pedalino Costa**, representante da AMAERJ;
- Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP);
- Sra. **Ana Cristina Machado de Oliveira Pereira**, Diretora da Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais (DIREC);
- Sra. **Virginia Maria Correa Viveiros**, Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP);
- Sra. **Simone Ferreira de Oliveira e Cruz**, Diretora-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ);
- Sr. **Daniel de Lima Haab**, Secretário Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC);

O Desembargador **Marcos André Chut**, Presidente do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP), saúda a presença de todos e inicia a reunião às 14h10. Em seguida, dá início à análise dos processos administrativos relacionados na pauta de reunião.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA VOTAÇÃO:

1. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06505393** - Requerimento formulado pela Senhora **M. C. A. F.**, em que solicita que os dados pessoais (nome e CPF) de seu ex-marido e filho, relacionados ao Processo de nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (mediada protetiva), sejam

suprimidos das buscas realizadas no portal de consulta pública do Poder Judiciário, alegando que o processo já se encontra arquivado, ensejando, assim, embaraços e constrangimentos. **(Relatoria Dr. Marcelo Oliveira da Silva)**;

VOTO DO RELATOR:

O Dr. **Marcelo Oliveira** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifestando seu posicionamento, com o propósito de se adequar ao entendimento majoritário do Colegiado, adotando na íntegra, como razões de decidir, o parecer apresentado pela Assessoria do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP. Neste sentido, vota pelo acolhimento do pedido formulado pela postulante, para que **haja a restrição da consulta processual pública, por nome dos indivíduos envolvidos, no que tange à medida protetiva de nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a fim de se manter alinhado com as exigências legais de proteção de dados.**

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto do Relator, pela procedência do pedido.**

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 01)

O Senhor **Gustavo Barçante de Almeida**, Chefe do Serviço de Apoio Técnico aos Órgãos Colegiados Administrativos Permanentes (SEAPE), solicita a palavra para pontuar a existência do pedido de acesso externo requerido pela Senhora **M. C. A. F.**, ressaltando que, por determinação do Exmo. Juiz Coordenador, Dr. **João Felipe Nunes Ferreira Mourão**, a questão seria deliberada pelos membros do Colegiado na presente Sessão.

Após debates, o Colegiado delibera no sentido de se conceder o acesso dos autos à requerente Senhora **M. C. A. F.** (Deliberação 02)

No tocante ao fluxo de trabalho da Assessoria do CGPDP, o Colegiado define pela restrição de acesso externo a todos os Pareceres, bem como a todas as minutas de votos juntadas aos autos pelos Relatores em processos administrativos de atribuição do Comitê, até o dia da realização das respectivas sessões, sendo orientado que tais minutas não sejam assinadas até a data da referida deliberação. (Definição 01)

Sem prejuízo, o Comitê delibera pelo encaminhamento de correio eletrônico à SGTEC com o questionamento a respeito da possibilidade de se conferir caráter sigiloso a documentos inseridos na árvore do processo SEI, bem como de se definir quais interessados poderão acessá-los e de que forma esse procedimento se operacionaliza (Deliberação 03)

2. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06299169** - Trata-se de solicitação encaminhada por **E. R. C.**, Doutoranda do PPGD da Universidade Estácio de Sá, em que pleiteia autorização para realizar pesquisa em processos judiciais que tramitam nas Varas de Família da Regional da Barra da Tijuca. **(Relatoria Dra. Daniela Bandeira de Freitas)**;

VOTO DA RELATORA:

A Juíza Dra. **Daniela Bandeira** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do parecer desta Assessoria, no sentido de que **o eventual atendimento ao requerimento pelo TJRJ não implica em inobservância às diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), observando-se, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais e sensíveis, conforme estabelecido pelos artigos 7º, IV e 11, II, alínea “c”, da referida norma legal.**

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto da Relatora, pela procedência do pedido.**

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 04)

3. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2021-0695375** - Trata-se de procedimento administrativo instaurado para análise da minuta de Acordo de Cooperação Técnica, sem repasse de verba, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Instituto de Segurança Pública, que tem por objeto o compartilhamento e o intercâmbio de informações atinentes à segurança pública. (**Relatoria Dra. Daniela Bandeira de Freitas**);

VOTO DA RELATORA:

A Juíza Dra. **Daniela Bandeira** informa o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do novo parecer desta Assessoria, **no sentido de ratificar o parecer anterior, reafirmando que o atendimento ao requerimento não infringe as disposições da Lei nº 13.709/2018, desde que asseguradas a anonimização dos dados pessoais e a proteção dos dados sensíveis, sempre que possível.**

O Juiz Dr. **Marcelo Oliveira** pede a palavra para manifestar preocupação no que diz respeito à impossibilidade do TJRJ no eventual cumprimento do acordo, caso o objeto do mencionado Convênio seja inexecutável.

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto da Relatora, uma vez constatada a inexistência de impedimento à luz da referida norma legal, em caso de cessão de dados pessoais, entre os entes públicos envolvidos, ressalvando, contudo, a necessidade de se alertar à Administração Superior da necessidade de se fazer consulta prévia à SGTEC à respeito da possibilidade de tornar executável o objeto do acordo.**

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 05)

4. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06258569** - Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenação de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o propósito de elevar o grau de sigilo em relação aos ANPPs celebrados, através da inserção do segredo de justiça e, consequentemente, sua exclusão da consulta pública, a fim de adequar ao preceituado no § 12 do artigo 28-A do Código de Processo Penal. (**Relatoria Dra. Daniela Bandeira de Freitas**);

VOTO DA RELATORA:

A Juíza Dra. **Daniela Bandeira** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e opina pelo atendimento parcial do pedido para excluir os dados pessoais do investigado da consulta pública, após o cumprimento integral das condições estabelecidas nos Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) e a decretação da extinção da punibilidade pelo Juiz natural, devendo permanecer apenas os números dos processos.

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto da Relatora, pela procedência parcial do pedido.**

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 06)

5. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2024-06095554** - Trata-se de procedimento administrativo que versa sobre minuta de Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ que disciplina o acesso de pesquisadores ao acervo permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sob responsabilidade do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA (**item incluído por solicitação da Dra. Daniela Bandeira de Freitas**);

VOTO:

A Juíza Dra. **Daniela Bandeira** expõe aos membros presentes o tema tratado, manifesta seu posicionamento com base no fluxo de trabalho publicado do CGPDP, sugerindo as seguintes alterações:

- **§1º do artigo 3º** - supressão da atribuição dada ao Diretor do DEGEA, uma vez entender ser de atribuição do Comitê essa deliberação;
- **§2º do artigo 3º** - sugere que cabe também ao Comitê deliberar sobre a autorização e ao Presidente do Colegiado decidir (também com base no fluxo de trabalho já publicado);
- **exclusão do inciso XIII do artigo 5º** - uma vez que os profissionais arquivistas citados neste inciso não integram o CGPDP, ressaltando, inclusive, a existência da previsão, no fluxo de trabalho publicado, da possibilidade do Relator, caso entenda pertinente, solicitar informações às unidades técnicas responsáveis para subsidiar na elaboração de seu voto;

- **artigo 7º** - incompatível com a LGPD, tendo em vista que os dados pessoais de pessoa falecida também se sujeitam às disposições da LGPD, por uma questão de inventário ou herança digital;
- **artigo 11, parágrafo único** - sugere a exclusão do artigo que prevê prazo para resposta ao postulante;
- **artigo 21** - entende que é preciso delimitar, motivo pelo qual recomenda que seja estabelecido um tipo de limitação para esse acesso, a exemplo do que fora preconizado pelo Comitê nos casos de pesquisa acadêmica que exige a comprovação do trabalho a ser desenvolvido, bem como o vínculo com instituição de ensino;
- **artigo 23** - sugere a inclusão de um parágrafo único com a seguinte redação: “*Na hipótese de fornecimento de dados referentes à saúde, há necessidade expressa de anonimização*”. Ainda no artigo 23, recomenda que os incisos IV e V sejam suprimidos do mencionado artigo.

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acolhendo as sugestões de alteração proposta pela Exma. Juíza Daniela Bandeira.**

Após debates, os integrantes do Comitê deliberam pela inserção em pauta da próxima reunião do Colegiado, a discussão quanto à viabilidade da elaboração de enunciados que tratem dos diversos posicionamentos deste Comitê a respeito da incidência de questões repetitivas. Desse modo, seria conferida, aos membros votantes, a possibilidade de decidir de forma monocrática os casos similares já debatidos pelo Colegiado, a exemplo do que ocorre nas situações de Pesquisa Acadêmica. (**Deliberação 07**)

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (**Deliberação 08**)

6. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06329174** - Trata-se de requerimento formulado por servidor deste Egrégio Tribunal, Senhor **F. A. S. V. S.**, pesquisador e mestrando em Direito pela Universidade Estácio de Sá, atualmente lotado no Gabinete do Desembargador André Luiz Cidra, referente à disponibilização de dados acerca da “Tutela Provisória de Evidência com base em precedentes”, nos termos do artigo 311, inciso II, do Código de Processo Civil. (**Relatoria Dr. João Luiz Ferraz de Oliveira Lima**);

VOTO DO RELATOR:

O Juiz Dr. **João Luiz Ferraz** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do parecer desta Assessoria, no sentido de deferimento do requerimento, ressaltando, porém, que a análise do pleito ocorreu somente perante às normas de proteção de dados pessoais, não sendo avaliada a conveniência quanto ao seu atendimento, assim como a possibilidade técnica do fornecimento das informações solicitadas

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto do Relator, pela procedência do pedido, uma vez que não viola as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, desde que garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais e sensíveis**, nos termos dos artigos 7º, inciso IV, e 11, inciso II, c), da LGPD, e observância às Recomendações do Departamento de Segurança da Informação (DESEG).

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 09)

7. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06319919** - Requerimento formulado pelo Senhor **G. A. B.**, pesquisador e candidato a mestrado em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, servidor da Justiça Federal da 2ª Região, em que solicita a disponibilização de dados sobre sentenças de primeira instância que versem sobre violência doméstica contra a mulher, anteriores e posteriores à Lei Maria da Penha, não limitadas a decisões proferidas estritamente em âmbito cível, como também em âmbito penal. **(Relatoria Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão);**

VOTO DO RELATOR:

O Juiz Dr. **João Felipe Mourão** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do parecer desta Assessoria, no sentido de que **eventual atendimento ao requerimento não implicaria em inobservância às diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ressaltando-se a necessidade de anonimização dos dados pessoais, em especial aqueles de natureza sensível, na forma dos artigos 7º, IV e 11, II, alínea “c”, da referida norma legal.**

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto do Relator, pela procedência do pedido.**

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 10)

8. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06301412** - Requerimento formulado pela equipe da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, responsável por conduzir o Projeto de Pesquisa **“Mensurando o Tempo do Processo de Homicídio no Brasil”**, o qual está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que através do ofício nº 6766/2025/GAB-SENASP/MJ, pleiteia a concessão de acesso a cópias de autos físicos dos processos judiciais que integram o recorte supracitado e que, por ora, ainda não se encontram digitalizados, que tratam de processos de homicídios finalizados em 2023 e arquivados definitivamente. **(Relatoria Dr. Felipe Pinelli Pedalino Costa);**

VOTO DO RELATOR:

O Exmo. Juiz **Felipe Pinelli** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do parecer desta Assessoria, no sentido de **declarar a inexistência, sob a ótica da LGPD, de impedimento ao atendimento do requerimento formulado para acesso a cópias de processos físicos de homicídio finalizados em 2023 e arquivados definitivamente; condicionar o atendimento à comprovação da vinculação institucional das pesquisadoras à assinatura de termo de compromisso de uso exclusivo para o escopo da pesquisa, com a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança da informação, com guarda criptografada e controle de acesso; à anonimização dos dados pessoais — especialmente os sensíveis — sempre que possível; ao descarte seguro dos dados brutos após a anonimização e à vedação de qualquer divulgação de dados pessoais em publicações; e assentar que a operacionalização do desarquivamento e eventual digitalização observará as regras internas vigentes e a orientação das unidades responsáveis, resguardados os processos submetidos a segredo de justiça, cujo acesso deverá ser concedido pelo juízo competente.**

O Juiz Dr. **João Luiz Ferraz** sugere suprimir a questão referente ao Segredo de Justiça para efeito de pesquisa, uma vez que a LGPD traz regras próprias, concedendo ao pesquisador o acesso, independente da limitação referente segredo de justiça.

O Presidente do Comitê indaga ao Relator se mantém o voto.

O Relator manifesta-se pela manutenção do voto sob o argumento de que o seu entendimento é no sentido de que o segredo de justiça decretado diz respeito ao entendimento do Juízo a respeito da impossibilidade de acesso a dados que ele entende sensíveis. Neste sentido, informa que o acesso ao processo demanda manifestação do Juízo.

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, fica mantido o voto do Relator, **por maioria, pela procedência do pedido, resguardados os processos em segredo de justiça.**

Fica registrado que o Juiz de Direito Dr. **João Felipe Mourão** se manifesta no sentido de acompanhar a divergência sob o argumento de que o fato de ter sido decretado, eventualmente, Segredo de Justiça no processo, não obsta o fornecimento de determinados dados para uma pesquisa, pois não acarreta ofensa à LGPD. O mesmo posicionamento é seguido pela Juíza Dra. **Daniela Bandeira**, que acompanha a divergência.

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 11)

9. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06424677** – Requerimento formulado pela Senhora **J. G. F.**, economista, doutoranda no Curso de Administração Pública e Governo, pesquisadora vinculada à Fundação Getúlio Vargas – FGV-EAESP, em que solicita a disponibilização de dados deste Tribunal necessários para o Projeto de pesquisa intitulado: “Determinantes das trajetórias infracionais de adolescentes: o impacto de políticas públicas e choques familiares”. (**Relatoria Dr. Felipe Pinelli Pedalino Costa**);

VOTO DO RELATOR:

O Juiz Dr. **Felipe Pinelli** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do parecer desta Assessoria, no sentido de ser “**juridicamente possível o atendimento do pedido, condicionado e faseado, com estrita observância aos arts. 6º, 7º, IV, 11, II, c, 23, 26, 27 e 46 a 49 da lei nº 13.709/2018, às recomendações do DESEG e às medidas adiante fixadas:**

A) acolher o requerimento de J. G. F. quanto ao “(...) acesso a dados administrativos do Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro, necessários à execução do projeto de pesquisa intitulado ‘determinantes das trajetórias infracionais de adolescentes: o impacto de políticas públicas e choques familiares (...)’”, relativos ao período de 2015 a 2025, nos termos e limites da LGPD;

B) condicionar qualquer disponibilização de dados à prévia apresentação, pela requerente e pelas instituições envolvidas (FGV-EAESP E LEME), de:

B.1) comprovação formal de sua qualificação como órgão de pesquisa, nos termos do art. 5º, XVIII;

B.2) Relatório De Impacto À Proteção De Dados Pessoais – RIPD, abrangendo finalidade, base legal, mapeamento de dados/domínios, avaliação de riscos e medidas de mitigação, cronograma de anonimização/eliminação e governança;

B.3) plano de segurança com descrição do ambiente controlado de acesso, perfis, criptografia, trilhas de auditoria, política de *outputs* e política de segregação/eliminação de identificadores após o *linkage*;

C) determinar que a disponibilização se dê em fases, iniciando por conjunto de dados minimizado e previamente anonimizado, sempre que tecnicamente possível, e, se indispensável o acesso transitório a identificadores para o *linkage*, que ocorra exclusivamente em ambiente controlado, vedada a cópia ou extração, com dupla custódia dos segredos de pseudonimização;

D) determinar a celebração de instrumento administrativo específico de uso compartilhado de dados, com:

D.1) delimitação de escopo, finalidades e prazos;

D.2) responsabilidades, dever de confidencialidade, proibição de reidentificação e de repasse a terceiros;

D.3) obrigações de eliminação/anonimização (arts. 15 E 16), de prestação de contas (art. 6º, X) e de reporte de incidentes (art. 48);

D.4) previsão de auditoria e de sanções administrativas contratuais em caso de violação;

E) determinar a publicidade essencial das hipóteses de tratamento (art. 23, I), preservados os segredos legalmente protegidos;

F) oficiar ao DESEG para validação prévia do desenho técnico e acompanhamento;

Com estas balizas, reputo que se preserva a finalidade pública, a pesquisa de interesse social e a tutela reforçada de dados de criança e adolescente, em aderência estrita à LGPD e às recomendações internas de segurança.”

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto do Relator, pela procedência do pedido.**

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 12)

10. **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06314243** - Trata-se de requerimento elaborado pelo Senhor **G. M. B.**, que, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (LAI), requer a disponibilização de lista de processos de homicídio que tiveram sentenças de prescrição da pretensão punitiva proferidas entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de julho de 2025. (*Relatoria Dr. Ricardo Lafayette Campos*).

VOTO DO RELATOR:

O Juiz Dr. **Ricardo Lafayette** expõe aos membros presentes o tema tratado na solicitação, manifesta seu posicionamento e vota pelo acolhimento integral do parecer desta Assessoria, no sentido de que o atendimento ao requerimento, **em tese**, não implicaria em inobservância, às diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), desde que no mínimo:

a) não estejam em segredo de justiça;

b) antes de ser eventualmente fornecido os diversos dados requeridos, com inúmeros dados pessoais, inclusive nome de réu, que seja notificado o requerente, **a fim de fazer comprovação do trabalho a ser desenvolvido**, no que diz respeito à notícia a ser publicada em empresas de comunicação, comprovando os fins **exclusivamente** jornalísticos pois sem esta comprovação, não há como ser excepcionada a LGPD no que tange ao nome dos réus e demais dados pessoais, e

c) que sejam tomadas as medidas adotadas no julgamento do processo SEI nº 2024-06084991, **no que couber**, sem necessidade de anonimização.

DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

Aberta a votação, **por unanimidade, os membros votam acompanhando o voto do Relator, pela procedência do pedido**, desde que comprovada a qualidade de jornalista e que o material pesquisado vai ser utilizado exclusivamente para fins jornalísticos.

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 13)

11. ASSUNTOS GERAIS:

11.1 PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06510008 - Procedimento administrativo instaurado, levando-se em conta a solicitação da Juíza de Direito Dra. **V.P.**, a fim de se deliberar sobre a possibilidade de concessão de acesso a consulta de processos sigilosos (até nível 02), que tramitam perante o sistema legado PJE, aos magistrados, independente da competência em que atuem, bastando para tanto requerer a concessão perante o DEATE, considerando a necessidade de eventual análise de prevenção/conexão com feitos indicados pelo próprio sistema. *(item incluído por determinação do Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão);*

Após debates, o Comitê ratifica o acesso que fora deferido pelo Exmo. Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do CGPDP à Exma. Juíza de Direito Dra. **V.P.**, com a orientação de que a Administração Superior informe a todos os Magistrados que o acesso se encontra disponível através do uso do sistema de Consulta Processual Privada, sem necessidade de regulamentação.

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 14)

11.2 PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2024-06114282 - Pedido de Providências formulado pela ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Arpen/SC), em desfavor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TJSC), face ao Provimento CNJ n. 46/2015 e na Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no sentido de impedir o uso do sistema do selo de fiscalização para compartilhar informações dos dados do Registro Civil das Pessoas Naturais, por convênio, com outros órgãos e poderes estatais *(item incluído por determinação do Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão).*

Após debates, o Comitê conclui, **por unanimidade**, pela impossibilidade da renovação do Convênio requerido pelo MPRJ, através do Ofício GPGJ nº 1.761-MPRJ, por força de determinação do CNJ.

A presente ata, uma vez aprovada, deverá ser juntada ao presente Processo SEI, remetendo-se os autos, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis. (Deliberação 15)

Por fim, o Juiz Dr. **Ricardo Lafayette Campos** evidencia a edição, pelo Congresso Nacional, da **Lei nº 15.254/2025**, sancionada pelo Presidente da República, que institui o **Dia Nacional da Proteção de Dados**, a ser celebrado, anualmente, no dia 17 de julho.

Nada mais a ser tratado, o **Desembargador Presidente** agradece a presença de todos e encerra a reunião às 16h15.

O Comitê agenda a próxima sessão para o dia **03/02/2026**, às **14h**. (Deliberação 16)

Desembargador **MARCOS ANDRE CHUT**

Presidente do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP)

Definição	
01	O Colegiado define , no tocante ao fluxo de trabalho da Assessoria do CGPDP, pela restrição de acesso externo a todos os Pareceres, bem como a todas as minutas de votos juntadas aos autos pelos Relatores em processos administrativos de atribuição do Comitê, até o dia da realização das respectivas sessões, sendo orientado que tais minutas não sejam assinadas até a data da referida deliberação.

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06505393</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
02	Conceder acesso externo ao Processo SEI nº <u>2025-06505393</u> , à Senhora M. C. A. F.	SGTEC	5 dias, após aprovada a ata
03	Encaminhar e-mail com questionamento à SGTEC a respeito da possibilidade de se conferir caráter sigiloso a documentos inseridos na árvore do processo SEI, bem como de se definir quais interessados poderão acessá-los e de que forma esse procedimento se operacionaliza.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
04	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06299169</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
05	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2021-0695375</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
06	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06258569</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
07	Inserir em Pauta da próxima sessão do Colegiado o tema referente à criação de súmulas ou enunciados relacionados à LGPD.	SEAPE	Próxima reunião do CGPDP
08	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06095554</u> , remetendo-os, em seguida, ao Relator, a fim de solicitar à Exma. Juíza Ouvidora Geral a fundamentação do que fora requerido.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata.
09	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06329174</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis.	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
10	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06319919</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
11	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06301412</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata

12	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06424677</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
13	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-06314243</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
14	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2025-0651008</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
15	Juntar a presente ata, uma vez aprovada, aos autos nº <u>2024-06114282</u> , remetendo-os, em seguida, à Administração Superior para as determinações cabíveis	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata
16	Encaminhar convite para a próxima reunião a ser realizada no dia 03/02/2026, às 14h	SEAPE	5 dias, após aprovada a ata